

VNL-TRAB-DF

Meu caríssimo amigo, presidente desta solenidade e do Conjunto Universitário, que leva o seu nome, Professor Cândido Mendes de Almeida, prezados colegas, minhas senhoras, meus senhores,

Quando encontrei, na Califórnia, em 1968, os jovens cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos, José Murilo de Carvalho e Simon Schwartzman, que ali cursavam seu doutorado, que todos conseguiram com brilhantismo, nunca poderia imaginar que aqui nos reuniríamos, quase doze anos depois, e que um deles me saudaria, em nome do Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, com palavras tão amígas e benevolentes.

A alegria deste reencontro, com a presença do fabuloso Prof. Cândido Mendes (que alia a capacidade de realização toda a potencialidade do seu pensamento teórico e da sua expressão didática), na companhia de outros ilustres professores, como César Guimarães, diretor executivo do IUPERJ, bem como dos jovens pesquisadores de ciência política, que acorreram a esta cerimônia, realmente me emociona, pela seriedade dos estudos que aqui se realizam e agora atingem nível de maior profundidade e prestígio com o programa de doutoramento.

Serão justos, e nunca exagerados, todos os louvores que possa merecer o trabalho que nesta casa se desenvolve, pois representa importante contribuição ao conhecimento da realidade política brasileira e, portanto, aos esforços que vêm sendo feitos no sentido de se implantar, no Brasil, um autêntico regime democrático.

Não poderei, contudo, a par do contentamento pessoal, ocultar minha melancolia por ser, presentemente, não direi um desertor, mas um exilado dos estudos políticos, confiado que me acho em outras atividades profissionais, gratificantes sem dúvida, mas muito afastadas daquelas pelas quais o Instituto me convocou a participar desta reunião.

O que se lembra, hoje, ao ensejo da inauguração de um novo programa de pesquisas — além do cumprimento normal dos meus deveres, nas funções públicas que exerci —, é a

circunstância de eu haver publicado, há trinta e dois anos, o primeiro estudo universitário sobre o coronelismo, um aspecto da nossa realidade política, que àquele tempo não se supunha pudesse resistir tão tenazmente aos fatores sociais que o vêm solapando desde o fim de Primeira República.

Como estamos distantes das dificuldades com que foi escrito, pela carência de documentação e bibliografia então disponíveis! Basta comparar com a abundância das posteriores obras de ciência política sobre o Brasil, que os professores Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso resumiram, com autorizado senso crítico, no nº 18 da Revista Dados. E nelas se devem destacar, ou a elas acrescer, as notáveis contribuições dos mestres e pesquisadores do IUPERJ, entre eles, com grande relevo, Cândido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos, José Murilo de Carvalho, César Guimarães e tantos outros, não menos festejados, como nosso eminente patriarca em ciência política, Hélio Jaguaribe, representante da cultura brasileira em universidades estrangeiras, a par de alguns dos ilustres companheiros da IUPERJ.

Para satisfação minha, José Murilo, na sua generosa apreciação do coronelismo, e não obstante o exagero de suas referências pessoais, revelou compreensão muito mais profunda e correta do meu trabalho do que as que têm aparecido em algumas apreciações de outros estudiosos do tema.

Confessei-lhe, recentemente, na visita com que me honrou, que tenho um débito para com meus leitores e com o meio universitário brasileiro no sentido de escrever, oportunamente, alguma coisa sobre as observações, as restrições e as críticas que se têm feito ao meu *Coronelismo, Enxada e Voto*, desde sua publicação, há mais de trinta anos.

Sei que não é fácil esse trabalho. Em primeiro lugar, pela vaidade natural do autor, ou do pai, na defesa da sua criatura. Mas fui o primeiro a reconhecer, nos parágrafos iniciais do livro, que ele só poderia conduzir a resultado plenamente satisfatório, se pudesse ser precedido — o que não era viável na época — do exame detalhado das condições políticas de todos os Estados, uma vez que o coronelismo se desenvolvia no âmbito do Estado, como uma peça da sua engrenagem política, razão que me levou a conceituá-lo como fenômeno típico da Primeira República.

Com efeito, sō entāo ē que tivemos o governo estadual eletivo, em confronto com os antigos presidentes de província, de nomeação do Imperador. Qualquer absorção conceitual do coronelismo por formas anteriores de liderança política local, ou qualquer simplista identificação com elas, parecia-me duvidosa, porque deixaria de explicar um fenômeno peculiar à Primeira República.

A ênfase em aspectos que eu tinha por secundários — como o mandonismo, de um lado, e o clientelismo de outro — não permitiria discernir, no tipo de liderança estudado, as características políticas de um determinado período da nossa história. Sempre houve mandonismo, sempre houve clientelismo, não sō no Brasil, como nos demais países. Haveríamos, então, de confundir também o coronelismo brasileiro com as demais formas de clientelismo dos outros países?

Não foi com o propósito de tamanha generalização que procurei examinar o problema e, por isso mesmo, quis restringir o estudo, quanto me foi possível, ao âmbito local, pois o coronelismo era um aspecto local da dominação política, um aspecto local das lutas e dos entendimentos políticos, embora refletindo-se nos círculos mais amplos e contribuindo, por suas características, para dar uma tonalidade própria a toda a vida política do país.

Daí a referência, que fez o professor José Murilo, à minha confissão de que, por mais que procurasse fugir ao mar alto, para fugir dos examinadores, na defesa da minha tese de concurso, que era muito limitada, na sua idealização preliminar, o tema tinha tais implicações, que foi inevitável sair ao mar alto, de vez que quando, embora eu tivesse remado, quanto podia, contra a corrente, para voltar à praia. Este me parece um ponto que talvez não tenha sido bem compreendido pelos críticos mais autorizados do meu estudo, o mais recente deles o Professor Eul-Soo Pang, que escreveu uma obra notável sobre a liderança local na Bahia, pesquisando um mundo de documentos; revolvendo arquivos particulares e públicos, numa demonstração de capacidade teórica e prática, de capacidade "de estiva", que dificilmente se pode encontrar em outra obra.

Mas, a meu ver, a leitura da sua pesquisa monumental, que ainda não encerrei, pelo aprofundamento que exige, me faz supor, falando em geral, que as críticas ao meu Co-

ronelismo derivam mais das diferenças de enfoque do problema, das diferentes conceituações do que seja o coronelismo. A análise de toda a valiosa construção posterior à publicação do meu estudo, permitiria escrever um ensaio que poderia chamar-se "O Coronelismo e o coronelismo de cada um".

Na verdade, quando Eul-Soo Pang, na sua pesquisa realmente monumental, define o coronelismo, não é evidentemente ao meu coronelismo que se refere. Basta, para comprovação, este trecho que se lê à pág. 20: "Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais; econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial. Os anos-limite desta fase são 1850-1950".

Ora, não há uma palavra no meu livro pela qual se pudesse atribuir o *status* de senhor absoluto ao coronel, ou às expressões pessoais de mando do sistema coronelista, pois o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município.

Em nenhum momento — repito — chamei o coronel de senhor absoluto. Nem jamais me passou isso pela cabeça. Ao contrário, divergindo da noção corrente, digamos, da noção vulgar de coronelismo — que punha ênfase no mandonismo, apresentando sempre o coronel como um homem valente, destemido, desafiador da autoridade pública, um homem rico, poderoso, condutor de exércitos privados —, o que procurei acentuar, como característica dominante na Primeira República, foi, ao contrário, a decadência sócio-econômica dos senhores rurais — montados numa agricultura decadente, numa agricultura depredadora —, incapazes, portanto, de solucionar os próprios problemas que a agricultura colocava para eles. Esse personagem da vida local, o que me pareceu sobretudo foi um homem mais fraco do que forte, precisando, por isso, do apoio do Governo do Estado para fortalecer sua posição, para afirmar sua hegemonia no conflito de poder de âmbito municipal e, depois, na trajetória subsequente, para o âmbito estadual e, eventualmente, para o âmbito federal. Era exatamente a fraqueza dos coronéis, a

urbanas em confronto com as rurais. Basta ver que, ao tempo em que escrevi meu estudo, cujos dados censitários principais foram tirados do recenseamento de 1940, a grande maioria da população do país era rural e, portanto, era também rural o grosso do eleitorado, segundo os depoimentos que na época pude recolher. A situação hoje está praticamente invertida. O grande eleitorado, hoje, é o eleitorado urbano.

Este processo de desagregação do coronelismo, que se vem desenvolvendo desde o final da Primeira República e que, naturalmente, sofre marchas e contra-marchas, deu origem, como de certo modo estava previsto no livro, a um novo tipo de compromisso, que se viu claramente nas eleições de 1976, ou seja, um compromisso direto entre o governo federal e os chefes políticos locais (portanto, com invasão da área que seria a do coronelismo típico, de vinculação dos chefes locais ao governo do Estado); deu lugar — repito — a um novo tipo de compromisso, agora, entre o Presidente da República e os municípios.

Pela primeira vez, vimos um Presidente da República arregaçar as mangas nas eleições municipais, para tornar vitoriosos os seus candidatos aos governos locais, às câmaras e prefeituras, para, com esses novos instrumentos da sua política, poder formar os colégios de eleição indireta, de onde saíram os governadores, os senadores biônicos e, em última análise, o próprio Presidente da República.

Esse tipo de compromisso eventual entre o governo federal e os municipais estava mencionado como possibilidade no meu livro, porque àquele tempo já havia uma série de órgãos econômicos, governados e alimentados pelo poder federal, que tinham atuação nas comunas. Era previsível, portanto, que o governo federal, na medida em que tivesse de passar por cima dos governos estaduais, abandonando a política dos governadores, de Campos Sales, para fazer uma política presidencial, procuraria estabelecer vínculos diretos entre a Presidência da República e as prefeituras e câmaras municipais.

Isto representou, suponho, um reforço ao coronelismo, o que não era àquele tempo previsível com tanta clareza. Hoje, o Presidente da República está tão ou mais interessado nos municípios, nos chefes políticos do interior, como estão os governadores dos Estados. Este é que talvez seja o aspecto novo a examinar no coronelismo.

Agradeço muito aos eminentes professores aqui presentes a oportunidade que me deram de voltar a falar — embora já sem nenhuma autoridade — sobre o assunto que me custou na época vários anos de pesquisa e meditação. O que me consola é pensar que, quando estiver aposentado das atuais atividades, ainda me reste algum sopro de vida para voltar aos estudos políticos.

Muito obrigado.

(10.03.80).